



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA  
COMITÊ GESTOR

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO COMITÊ GESTOR DA ICP-BRASIL,  
EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

Aos doze dias do mês de novembro de 2009, nas dependências da sala de reuniões Banco do Brasil, situado no endereço SBS, Quadra 01, Bloco A, Lote 31, 20º andar, Edifício Banco do Brasil, Sede III, na cidade de Brasília/DF, com horário de início previsto para às 10h e horário de término previsto para às 17h, reuniram-se os membros, Titulares e Suplentes do Comitê Gestor da ICP-Brasil – CG ICP-Brasil, alguns representantes designados por procuração e servidores do ITI, para participar de reunião extraordinária do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Estavam presentes: Renato Martini ( Secretário-Executivo do CG ICP-Brasil e Diretor-Presidente do ITI), Maurício Augusto Coelho ( Diretor da DINFRA/ITI – Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas do ITI), Pedro Paulo Lemos Machado (Diretor da DAFN/ITI– Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI), Francimara Teixeira Garcia Viotti (Titular da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos), Manuel Dantas Matos (Titular da CAMARA e-NET), Professor Ricardo Felipe Custódio (Titular da Sociedade Brasileira de Computação – SBC), Macarino Bento Garcia de Freitas (Suplente do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR), presente na parte da tarde, Genice Xavier Silveira (Representante por Procuração da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação – ABEP), Odilon Neves (Representante por procuração do Ministério da Fazenda), José Ney de Oliveira Lima (Representante por procuração do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG), Mario Henrique (Ouvinte do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG), Hamilton Sá Dantas (Representante por procuração da AJUFE), Jorilson da Silva Rodrigues (Representante por procuração do Ministério da Justiça), Wander Blanco ( Ouvinte da FEBRABAN), Paulo Kulikovskiy (Ouvinte da Certisign), André Pinto Garcia (Procurador Chefe da Procuradoria Especializada do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), Pedro Pinheiro Cardoso (Coordenador Geral de Auditoria e Fiscalização do ITI), Ernandes Lopes (Coordenador Geral de Normalização e Pesquisa do ITI), Adriana Fetter (Assessora da Secretaria Executiva CG ICP-Brasil), André Machado Caricatti (Coordenador Geral de Operações do ITI), Ruy César Ramos Filho (Assessor da Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas do ITI) e Ricardo Theil (Diretor de Assuntos Corporativos – COMPROVA.COM), conforme lista de presença anexa, para tratar da pauta a seguir: 1 – DOC ICP 03; 1.2 - Índices Econômicos – Contabilidade; 2 – DOC ICP 08; 3– Termo de Titularidade; 4 – Projeto Básico Licitação; 5 - Prorrogação do prazo de entrada em vigor dos Padrões de Assinatura; 6– Informes Gerais: Apresentação do andamento do Projeto João de Barro; Apresentação contingência para o Carimbo do Tempo; *Workshop* TJ SP. No exercício das atribuições de Coordenador Substituto do Comitê Gestor, o Diretor-Presidente do ITI e Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil, Renato Martini, verificou a falta de quórum as 10h para votação e a reunião só foi instalada em segunda chamada quando obtido o quórum com a chegada dos Conselheiros Genice, Odilon e Jorilson, invertendo-se a pauta para assuntos que não dependessem de votação e iniciou a reunião, solicitando que Dr. Maurício fizesse um relato sobre a reunião do dia 13 de outubro passado. Dr. Renato leu e comentou a pauta do dia, informando que os dois primeiros itens da pauta, DOC ICP 03 e DOC ICP 08, seriam apresentados em blocos pelo Dr. Pedro Paulo e Pedro Cardoso, em seguida Dr. Pedro Paulo fez algumas considerações sobre os critérios e procedimentos adotados

pela ICP-Brasil para a realização de auditorias. "Na cadeia de confiança constante da ICP-Brasil, a âncora de manutenção de produtividade é auditoria e fiscalização" afirmou o mesmo, passando a palavra para Pedro Pinheiro Cardoso que explicou aos presentes que a percepção para alterar pontos no DOC ICP - 08 se deu durante as etapas do 6º CertForum - fórum de certificação digital, que aconteceu durante o ano de 2008, quando as AC's se manifestaram colocando dificuldades, dúvidas e críticas. Com isso, tópicos como evolução da ICP-Brasil, normas profissionais de auditoria e introdução de conceitos de Auditoria Baseada em Riscos (ABR), foram estudados, analisados e devidamente introduzidos no documento final de resolução da ICP-Brasil. Alguns pontos de interesse para AC's foram divulgadas durante a reunião como: aplicação de penalidades em AC's que agem em não conformidade com as instruções da ICP-Brasil - a prática adotada pelo ITI era, até então, o descredenciamento imediato da AC que apresentava alguma irregularidade, padronizar para troca de documentação eletrônica, conceito para pareceres de auditoria, publicação dos controles de auditoria e a criação de um dossiê de auditoria em cada Prestador de Serviço de Certificação (PSC). Instituiu também a manifestação do PSC sobre o cumprimento de recomendação de auditoria e estabelece procedimentos da cadeia certificadora quanto as inconformidades. Após a apresentação do Pedro Pinheiro, a palavra foi passada para Manuel Matos que cumprimentou os membros pelos trabalhos e apresentou uma análise feita pela CÂMARA e-NET dos DOC ICP 08 e DOC ICP 03, conforme cópia digitalizada em anexo. Após apresentações Dr. Renato abre para votação, voto favorável pelos membros a análise do conjunto da CÂMARA e-NET, Francimara perguntou sobre o item 3.1- tabela executores de auditoria como ficaria no exterior, Pedro Cardoso explicou que, os controles não estão prontos, pois são construídos em cima de uma norma do Comitê Gestor, portanto deverá voltar ao Comitê Gestor no futuro. Manuel Matos falou do item 9.9 que deve ser mais específico não só usar o termo "inadequado", Pedro Cardoso em seguida substituiu por "inaceitável" e modificou no texto. Após sugestões de alterações o DOC ICP 08 foi aprovado por unanimidade. Dr. Renato abriu a votação para DOC ICP 03, a CÂMARA e-NET concorda com o DOC ICP 03 e pede uma alteração e inclusão, conforme cópia digitalizada em anexo. Francimara sugeriu no DOC ICP 03 no item 2.2.3.3.3, trocar a palavra "assinatura" por "assinado", em seguida o DOC ICP 03 foi aprovado por unanimidade. Pedro Cardoso apresentou sobre índices econômicos, sobre o tema José Ney perguntou quem ficaria responsável por fazer este cálculo? Pedro respondeu que seria base de dados DRNC e base da Receita Federal, Odilon ressaltou que a proposta da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização atende o que foi proposto pelo Ministério da Fazenda, a responsabilidade ficou difusa e técnica. Manuel Matos sugere que o tema seja adiado para a reunião do dia 08 de dezembro próximo. Dr. Renato passou ao item 3 da pauta Termo de Titularidade, que é um assunto que já havia sido abordado na reunião do dia 10 de fevereiro de 2009, quando o então Presidente da Abranet Antônio Tavares, teve que tirar um certificado digital para um serviço da Receita Federal, ao ter que assinar o referido termo ficou surpreso com os termos técnicos contidos, apesar de ser um profissional da tecnologia, constatou a enorme dificuldade de entendimento e pediu para trazer o tema, para ser analisado no Comitê. Esse tema foi encaminhado a Comissão Técnica Executiva – COTEC, que reuniu um grupo de trabalho Coordenado pelo Procurador Chefe do ITI, Dr. André Garcia. Em ato Contínuo Dr. Renato passou a palavra para Dr. André que apresentou uma minuta do novo Termo de Titularidade, após apresentação os membros presentes sugeriram algumas alterações nos itens 4.2; 4.3; 4.4 e 5.1.2. Após modificações sugeridas Dr. Renato submeteu a votação, sendo aprovado por unanimidade. A resolução do novo termo será publicada em novembro de 2009, mas o prazo previsto para entrar em vigor ficou definido como 01 de março de 2010. Dr. Renato sugeriu uma inversão de pauta falando do item 5 - Prorrogação do prazo de entrada em vigor dos Padrões de Assinatura, Dr. Maurício fez um reforço a alteração do prazo no Art. 2º da Resolução 62, de 09 de janeiro de 2009, que trata do tempo disposto para adaptação das entidades integrantes da ICP-Brasil para implantar o padrão de assinatura ICP-Brasil, foi estipulado um prazo de 1(um) ano para a adequação do sistema da ICP-Brasil para o novo padrão, a partir daí os esforços foram entendidos no sentido de trabalhar na implementação do Padrão de Assinatura, durante esse trabalho foram encontrados algumas inconsistências, necessidades de alguns ajustes e também a necessidade de envolver outros

componentes, problemas esses que impediram a implementação. Nesse sentido o ITI AC Raiz estabeleceu um Termo de Descentralização de Crédito TDC, um convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, LABSEC, para fazer essa reavaliação e a consolidação desses erros encontrados e a codificação, em função disso as discussões acabaram se aprofundando tendo a necessidade de consumir mais tempo, é importante destacar que das 10(dez) políticas de Assinaturas estabelecidas 8(oito) delas pertence ao Carimbo do Tempo da ICP-Brasil que também serão implementados, mas, não no prazo do Padrão de Assinatura que seria janeiro de 2010. Em função dessas alterações verificou-se que o prazo janeiro de 2010 se torna impraticável foi feita a proposta de resolução que prorroga por mais 6(seis) meses, esse não seria o prazo de vigência do Padrão de Assinatura, na verdade já está em vigência desde a publicação da Resolução nº62, essa prorrogação de até 6 (seis) meses é para que as entidades possam adequar-se e implementar-se efetivamente a esse padrão. Após a contextualização feita por Dr. Maurício, o CG ICP-Brasil aprovou por unanimidade a extensão do prazo de 01 de Janeiro de 2010, para o dia 30 de Junho de 2010. Dr. Renato informou e convidou os presentes para participarem, no dia 25 de novembro de 2009, às 11h, da assinatura do Acordo de Cooperação Governamental firmado entre o ITI e a *Microsoft*. Dr. Maurício explicou que esse acordo permitirá que a situação onde o usuário entra no site autenticado pelo certificado ICP-Brasil, não receba a mensagem da internet *explorer*, informando que o site não é seguro. Em ato contínuo Dr. Maurício cumprimentou e parabenizou publicamente Dr. André Garcia que muito se dedicou na relação com a *Microsoft*. Dr. Maurício informou aos membros sobre a implementação do ato público AIA, no caso da *Microsoft* ela vai passar para sua raiz e depois o *browser* com tratamento AIA, puxa os certificados das AC's intermediárias, ficando transparente para o usuário, então é fundamental que seja regulamentado o uso do atributo AIA, através de uma minuta de resolução que será levada à COTEC e brevemente, trazida a esse Comitê para deliberação. Dr. Hamilton representante da AJUFE, sugeriu que os pareceres jurídicos fossem disponibilizados via *web*, Dr. André Garcia acatou a sugestão. Pedro Cardoso apresentou o item 4 da pauta Projeto Básico de Licitação, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria de conformidade na Autoridade Certificadora Raiz – AC RAIZ. Pedro Cardoso explicou que para a elaboração do projeto básico de licitação, formou-se um grupo de trabalho no ITI composto por: ele, André Caricatti, Jean Carlo, Alexandre e Ruy Cesar. Segundo Pedro Cardoso “o ITI, na qualidade de AC-Raiz, é a primeira autoridade da cadeia de certificação, executora das políticas de certificados e das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Nesse sentido, possuímos um ambiente Operacional funcionando desde a sua montagem em regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, que é hoje a unidade mais importante da cadeia de confiança do sistema de certificação digital do País. Diante disso, o Comitê Gestor aprovou a Resolução nº 64, de 14 de abril de 2009, que trata da execução de auditoria no ambiente operacional na Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) e seus prestadores de serviço de suporte, com o intuito de proporcionar maior transparência e credibilidade baseando-se nas normas e padrões nacionais e internacionais, e que a infra-estrutura de Chaves Públicas demonstrá e comprová por intermédio de relatórios de auditoria durante o exercício de 2010”. Pedro Cardoso apresentou todas as etapas do Projeto Básico de Licitação, conforme anexo. Após a apresentação de Pedro Cardoso, Dr. Pedro Paulo parabenizou o Comitê Gestor pelos trabalhos e por fazer auditoria independente. Dr. Maurício complementou que a ICP-Brasil é um exemplo no mundo, onde estamos fazendo acordos de cooperação e reconhecimentos mútuos e essa auditoria é extremamente importante e está mantida a prerrogativa do CG ICP-Brasil de deliberar sobre o relatório final da auditoria. Francimara parabenizou o ITI pela condução dos trabalhos, e frisou que depois que a Comitê Gestor da ICP-Brasil passou a ser coordenada pelo ITI, houve um avanço nos trabalhos com qualidade isso dá segurança e conforto aos conselheiros para tomar decisões. Parabenizou também Pedro Paulo pela condução dos trabalhos da auditoria, em especial o apresentado por Pedro Cardoso. Manuel Matos aproveitou as palavras dos antecessores e cumprimentou o ITI pela forma brilhante que os trabalhos vem sendo conduzidos, ao delegar ao ITI determinadas atribuições a resposta é imediata e se encontra respaldo para estudos, consistência e transparência, traz como contrapartida a confiança. Manoel Matos pediu para acompanhar os

estudos normativos que vem sendo feitos pelo ITI, sobre assinatura digital. Professor Custódio tem uma dúvida sobre o projeto de contratação, mas especificamente o objeto. Jorilson pediu que fosse justificado fortemente os itens de pontuação. Sugere escrever para cada item justificativas. Reforçou que a modalidade técnica e preço tem sido muito avaliados e as justificativas seriam para rebater o acordo 2471, para não ter a licitação indeferida. Jorilson também elogiou os trabalhos realizados pelo ITI. José Ney sugeriu que fosse feita uma audiência pública. Dr. Renato acatou o pedido de audiência pública, informou que o Pedro Cardoso reconduzirá o debate, para trazer para a próxima reunião do Comitê Gestor. Odilon fez a sugestão de uma carta convite. Fechando o item discutido Manuel Matos reforçou que tem que se estudar quais as alternativas para garantir a notória certeza que a empresa de auditoria será reconhecida internacionalmente. Dr. Maurício fez uma rápida apresentação do Coordenador do Projeto João de Barro, Ruy Ramos, que em seguida apresentou sobre o projeto, esse projeto foi criado em Dezembro de 2004, com base na Resolução nº 20 de 8 de maio de 2003 do Comitê Gestor da ICP Brasil, que autorizou o ITI em desenvolver uma plataforma de software e hardware criptográfico nacional capaz de suportar as necessidades da AC Raiz brasileira. Dr. Maurício rememorou a última reunião sobre carimbo de tempo e passou a palavra para o Coordenador André Caricatti que falou sobre as alterações para o Carimbo do Tempo, SAS dos carimbadores, modelo previsto nos normativos da ICP-Brasil, serão feitos alguns ajustes e apresentado na próxima reunião do Comitê. Finalizando Dr. Maurício falou do *Workshop* realizado pelo TJ/SP, e Professor Custódio falou do III *Workshop* sobre segurança de documentos eletrônicos, que será realizado no dia 10 de dezembro de 2009, no Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Destarte Dr. Renato deu por encerradas as atividades, agradecendo a presença de todos.

-----  
**RENATO DA SILVEIRA MARTINI**  
Coordenador, Substituto do CG da ICP-Brasil